

Artigo

Governo amplia efeitos negativos da crise do Golfo

Reinaldo Gonçalves *

O quando da invasão do Kuwait em agosto passado, o governo francês criou um grupo anticrise, composto de representantes do governo, sindicatos, organizações patronais e profissionais, e especialistas, para analisar as consequências econômicas e sociais dos acontecimentos do Golfo. Em outubro, este grupo entregou ao primeiro-ministro francês um relatório onde uma das principais conclusões é a seguinte: "Os países onde a negociação social é rica e diversificada, como Alemanha ou Japão, parecem estar numa situação mais favorável para conduzir de forma suave as adaptações tornadas necessárias por um choque externo. A qualidade do pacto social que implica compromissos reciprocos é um fator de sucesso."

Apesar das incertezas envolvidas na definição de cenários num contexto de guerra, aponta-se como principais consequências da crise do Golfo: alta do preço de energia, diminuição da demanda mundial, baixa do dólar, aumento da taxa de juros e queda da bolsa. Por outro lado, a experiência dos anos 70 mostrou que, em nível mundial, o sucesso de resposta aos choques externos esteve diretamente vinculado à continuidade das estratégias econômicas, volume dos investimentos, qualidade dos recursos humanos e eficiência do modelo produtivo.

No que se refere à situação do Brasil, num quadro estratégico e prospectivo, os fatos acima mencionados nos levam à seguinte conclusão: as políticas do atual governo deverão ampliar os efeitos negativos da crise do Golfo.

Obviamente, não estamos falando aqui das medidas emergenciais anunciadas semana passada, que vão desde o corte nas cotas de combustíveis para as distribuidoras até a proibição de empresas estatais realizarem congressos e seminários (SIC). Os fatores fundamentais, que vão ter um efeito acelerador "para baixo", são os seguintes: (a) uma estratégia econômica que aumenta a vulnerabilidade externa do país, ao confundir padrão eficaz de inserção internacional com liberalização, abertura e integração; (b) um programa de estabilização que, imediatamente após o choque inicial, mostrou suas limitações e deficiências e hoje está centrado numa política claramente recessiva; e (c) a incapacidade do governo de participar de uma negociação com os principais atores políticos, mostrando estar efetivamente envolvido com a qualidade e com a prática dos compromissos reciprocos.

A vulnerabilidade externa do país é, sem dúvida alguma, muito maior hoje do que no final da década de 70. Naturalmente, houve uma redução na proporção do óleo importado com relação ao consumo aparente. Contudo, verifica-se que o Brasil, ao possuir uma das mais internacionalizadas economias do mundo, tornou-se ainda mais vulnerável, às mudanças no plano internacional no que se refere à tecnologia, à situação monetária e financeira, ao comércio e à atividade produtiva real. A dependência tecnológica agravou-se juntamente com a degradação da capacitação tecnológica interna. As políticas do atual governo com relação aos setores de construção e engenharia, indústria de bens de capital e ensino e pesquisa vão agravar ainda mais o potencial nacional de absorção, adaptação e difusão de tecnologia. Isto, sem falar na política recessiva que desestimula as empresas a investir na pesquisa e desenvolvimento a longo prazo.

O problema da dívida externa é permanente, e este governo mostrou, assim como os que o precederam no passado recente, a sua incapacidade de dar uma solução definitiva para este problema. Cabe lembrar que o governo Collor vai fazer o seu



Soraia

primeiro aniversário dentro em breve e que a questão da dívida permanece como uma espada de Dâmonos pendendo sobre o conjunto da sociedade brasileira. É bem provável que a guerra travada entre o embaixador Jório Dauster e os bancos em Nova Iorque tenha mais efeitos negativos sobre o Brasil do que toda a troca de mísseis entre os EUA e o Iraque!

Embora o tema tenha sido retirado da agenda de debates, o fato é que, provavelmente, houve um incremento da participação do capital estrangeiro na economia brasileira durante a última década, no contexto do processo de centralização e concentração do capital que ocorreu neste período. Já no final dos anos 70, cerca de 1/3 da produção industrial brasileira era de responsabilidade de empresas transnacionais. A queda-debraço entre o governo e as indústrias altamente internacionalizadas, como a farmacêutica e a automobilística, mostra que, por detrás da discussão *fora de moda* sobre soberania nacional, existe uma constelação de fontes econômicas e não-econômicas de poder que influenciam, quando não determinam, o resultado dos processos políticos; inclusive, em áreas muito específicas como, por exemplo, controle de preços, qualidade de produtos, transferência de tecnologia e geração de divisas.

Neste sentido, cabe mencionar que o governo Collor tem tido uma política ambígua com relação às empresas estrangeiras atuando no país, o que as leva a ter uma descrença com relação às verdadeiras intenções liberais do governo. Um discurso liberal com uma prática altamente intervencionista e discricionária raramente proporciona um clima de investimento favorável para as empresas transnacionais. As perspectivas são de continuação do movimento de queda dos investimentos externos no país.

No que diz respeito à questão comercial, o programa de liberalização do governo parece mais um instrumento de combate à inflação do que uma estratégia de longo prazo. A falta de seletividade demonstrada pelas mudanças na pauta de importações recentes — com a presença marcante de produtos supérfluos —, só vem deteriorar o aparato produtivo nacional no curto prazo, sem nenhuma garantia de efeitos positivos no longo prazo. As exportações, por seu turno, vêm sendo prejudicadas pela escassez de recursos para o seu financiamento, assim como pela *não-política* cambial do atual governo. A deterioração do saldo da balança comercial torna-se uma questão absolutamente crítica, no contexto de uma crise mundial e de uma situação de reservas internacionais com reduzida margem de manobra.

Cabe mencionar que a crise do Golfo vai dificultar ainda mais a situação da balança comercial do país. Os produtos industrializados vão sentir o reflexo da contração da demanda mundial, ao mesmo tempo em que os países envolvidos no conflito, principalmente os EUA, vão procurar obter concessões comerciais extras dos seus parceiros. O setor agroindustrial vai continuar com excedentes em nível mundial, enquanto as exportações de armas não parecem muito promissoras, apesar do conflito.

Cabe também mencionar que o quadro recessivo atual, que deverá se agravar no futuro próximo, difere substancialmente da situação que vivímos no final dos anos 70. De fato, a recessão e uma situação de expectativas desfavoráveis compõem um quadro dentro do qual ocorre a descontinuidade de investimentos, deterioração dos recursos humanos e desincentivo à inovação técnica e organizacional. Outrossim, a situação de recessão prolongada gera níveis críticos de desemprego e, consequentemente, os riscos (e ações) de convulsão social são prováveis. Isto tende a dificultar o processo de entendimento nacional.

Não há dúvida a respeito da legalidade da intervenção norte-americana no Golfo, porém existe uma preocupação com relação à legitimidade desta intervenção, na medida em que ainda havia escopo para negociações. Da mesma forma, a legalidade das políticas do governo Collor (apesar das arbitrariedades cometidas) está garantida pela Constituição; porém, na medida em que os erros forem se acumulando, os objetivos não forem alcançados e a conta paga pelo conjunto da sociedade começar a ser extremamente pesada, a legitimidade deste governo vai ser reexaminada, inclusive, pelos seus 35 milhões de eleitores. Neste sentido, pode ser que tanto Bush quanto Collor não precisem esperar muito tempo para ver suas ações questionadas.

* O autor é coordenador do Núcleo de Economia Internacional da UFRJ